

PESQUISAS COM INFÂNCIAS ABRIGADAS: DOIS ESTUDOS EM MOVIMENTO¹

CRISTINA LESSA DOS SANTOS²
Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil
keta_lessa@yahoo.com.br

DÉBORA DUARTE FREITAS³
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil
debynhax@gmail.com

MÁRCIO XAVIER BONORINO FIGUEIREDO⁴
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil
bonorinosul@gmail.com

Introdução

A história das crianças no Brasil passou pelo atendimento dos mais variados grupos que possamos imaginar. Neste artigo, o objetivo será de desfazer algumas ideias que são dadas como naturais em nossa sociedade, mas que, entretanto, são construídas culturalmente. É pensado também em contribuir através da descrição de como está se desenvolvendo duas pesquisas em relação às crianças que residem em um acolhimento institucional na cidade de Rio Grande e outro na cidade de Pelotas.

Fazemos uma retomada histórica de como as crianças eram vistas anteriormente. Após, será analisado os progressos e as concepções de infância que hoje nos circundam e por último a descrição resumida das pesquisas que estão sendo realizadas pelas autoras.

História da infância no Brasil

Logo após o descobrimento houve uma necessidade de governar os povos que aqui viviam para, então, o governo português usufruir das riquezas naturais que aqui existiam. No entanto, há dúvida era de como eles iriam conseguir governar um povo que segundo Barléu (1974, p. 22 apud Arantes, 2009) não tinham “fé, lei e rei”?

Os jesuítas entraram em ação para converter os índios a virarem cristãos e implementarem assim a medicina da alma. Os objetivos dos jesuítas eram “Que se dobre o infiel ao reconhecimento da verdade única, ainda que isto signifique negar a sua própria existência. Que se transforme em súdito de El-Rei de Portugal e que se regozije, mesmo que na condição de escravo.” (ARANTES, 2009, p.161)

Logo, eles perceberam que as crianças eram mais fáceis de converter por serem consideradas mais dóceis. Converterem os filhos dos gentios, eles usavam essas crianças para a catequização dos outros índios assim esses serviriam de exemplos aos outros como também facilitariam a comunicação.

Os jesuítas foram os primeiros educadores do Brasil, em 1585 já havia três colégios e cinco casas que passavam ensinamentos ao povo brasileiro. Estes perduraram como educadores por mais de duzentos anos no Brasil, só havendo quebra no governo de Marquês de Pombal em 1755. (ARANTES, 2009)

A história do abandono no Brasil não é recente, muito pelo contrário iniciou-se praticamente junto com a história do Brasil. As crianças mestiças⁵ em geral eram

¹ Este artigo faz parte das dissertações que estão sendo desenvolvidas pelas autoras.

² Mestranda da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas.

³ Mestranda da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, Professora da Rede Municipal de Ensino de Rio Grande/RS.

⁴ Professor Doutor da Universidade Federal de Pelotas.

abandonadas, além das crianças que perdiam seus pais e se tornavam órfãs sem ninguém para cuidar delas. As crianças eram deixadas na frente das igrejas, conventos e muitas vezes como Orlandi (1985, p. 75) lembra “(...) eram frequentemente devoradas por cães, porcos ou outros animais. Outras vezes, morriam de fome ou de exposição aos elementos.” (in ARANTES, 2009)

Para essas crianças abandonadas foi pensado em um dispositivo chamado a Roda dos Expostos. As crianças eram colocadas nessas rodas e após o dispositivo era girado, largando a criança do lado de dentro da casa. Esse dispositivo tinha como objetivo manter em segredo a identidade dos cidadãos que abandonavam os pequenos. Em 1726, foi criada a primeira roda no Brasil na Bahia. Depois, em 1738 foi criada uma no Rio de Janeiro e a do Recife em 1789.

De acordo com “Russell – Wood, a responsabilidade da Santa Casa com o enjeitado ia até 3 anos, porém o Alvará de 1775 refere-se à assistência prestada pela Misericórdia até 9 anos, situação que o Alvará modifica, reduzindo-a até os 7 anos.” (FALEIROS, 2009, p. 214)

Faleiros (2009) demonstra que após os sete anos a criança dependia de uma família que se propusesse a criá-la. Os meninos eram encaminhados para algum ofício ou seminários. Já as meninas trabalhavam como empregadas domésticas em troca de seu sustento ou então eram encaminhadas à Casa de Recolhimento⁶.

Após algum tempo, a Roda dos expostos começou a ser criticada por atingir objetivos opostos aos que se propunha. As crianças que eram retiradas da rua para não morrerem acabavam morrendo após o recolhimento. Maria Graham escreveu em 1821 que

[...] A primeira vez que fui à Roda dos Expostos (do Rio de Janeiro) achei sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde se achavam. (apud FALEIROS, 2009, p.215)

O descuido com os expostos era enorme e por isso o alto índice de mortalidade. O governo como Faleiros (2009, p.217) demonstra “nunca assumiu verdadeiramente o financiamento desta assistência”. Este assunto gerava muito atrito por parte da Coroa e da Irmandade. Pois, na verdade o Brasil era visto como terra de espólio e de exploração. Este autor ainda afirma que:

O Brasil, enquanto colônia dependia de decisões da Corte portuguesa, que se mostrou mais do que omissa no enfrentamento da questão da infância abandonada e pobre. Os interesses da Coroa no Brasil e dos portugueses que para cá vieram eram meramente econômicos, de espoliação, e por meio da escravidão estabeleceu-se no país um modelo de desprezo pela vida. (2009, p. 216) (Grifo meu)

Como podemos perceber o descaso pela condição de vida do povo e, em especial, das crianças que aqui se encontravam eram grandes. Muito cedo as poucas crianças que conseguiam sobreviver às condições de vida degradante a que eram expostas, tinham que ir trabalhar para assim pagar a “dívida” que haviam feito com o governo por eles terem sustentado e cuidado deles enquanto menores.

Em síntese, no Brasil Colônia, apesar da necessidade de povoamento não se percebe uma política populacional. Foi um período de desvalorização da criança, inclusive de sua existência e vida. As crianças e adolescentes escravos eram considerados mercadoria (cara) e sua mão-de-obra explorada. Os expostos, recolhidos e assistidos pelo sistema de Roda ao final de suas diferentes etapas, eram conduzidos (os poucos sobreviventes) ao trabalho precoce e explorado, pelo qual ressarciam seus “criadores”, ou o Estado, dos gastos feitos com sua criação. (FALEIROS, 2009, p. 220)

⁵ Filhos de portugueses com índias.

⁶ Onde recebiam dotes para o casamento.

Já no período republicano houve algumas modificações favoráveis na maneira como pensar as crianças. Rizzini (2009, p. 225) aponta como novos horizontes:

Em primeiro lugar, um ardoroso combate a práticas identificadas com o atraso, como o enclausuramento junto aos adultos dos chamados menores vadios, vagabundos, viciosos e delinquentes, todos apreendidos pelas ações policiais de “limpeza” das ruas das cidades. Em seguida, as críticas ao caráter de clausura destes “depósitos”, sem as finalidades de regeneração, recuperação e reeducação dos internos, que os tornassem úteis à sociedade.

Nesta época, os policiais eram responsáveis pelo recolhimento dos jovens já que no início do século XIX ainda não havia sido implementado um juizado de menores. O surgimento dos reformatórios se deu nas duas primeiras décadas da república. Essa mudança de asilos para casas de reforma se deve a preocupação e a mudança na percepção de resgate da infância.

Em 1893, foi tomada a primeira medida para recolha e isolamento dos “vagabundos”. O governo através do Decreto n. 145, de 11 de julho de 1893, permitiu a fundação de uma colônia correccional para a correção através do trabalho. (RIZZINI, 2009)

O discurso do trabalho será muito utilizado nessa época, o trabalho é considerado dignificador do ser humano e assim as pessoas que antes eram ameaça a ordem social passam a serem braços úteis para a nação. A Lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902, também vem reforçar a resolução do problema da vadiagem através das colônias correccionais. (idem, ibidem)

No entanto, as colônias passaram a receber várias críticas por misturarem adultos de ambos os sexos com menores de idade. Além de ter um caráter altamente repressivo. Rizzini (2009, p. 229) mostra que: “Desse modo, a colônia, instalada numa ilha, atendia às finalidades de sanear a cidade e isolar os indesejáveis. Ao mesmo tempo, no entanto, agredia aos novos ideais da assistência, para qual a promiscuidade e a ociosidade eram qualificações intoleráveis.”

A luta contra a ociosidade seria o foco das políticas destinadas à infância neste período, pois o trabalho vai ser considerado instrumento chave para o resgate desses inválidos. Além disso, o trabalho era uma forma de controlar corpo e mente. Através do trabalho o menor ocupava mente e se desviava das coisas que poderiam acarretar-lhe algum mal.

Nesta mesma época inicia-se o debate de que o Estado não deve intervir somente nas políticas de assistência como também em outras instituições que também eram consideradas corrompidas – a família. (RIZZINI, 2009)

Somente com a criação do Juízo de Menores em 1923 é que houve uma centralização no atendimento ao menor. No entanto, foi no Estado Novo que essa centralização se deu de forma concreta.

Rizzini demonstra que Vargas em um dos seus discursos demonstra as grandes preocupações que a elite tinha em relação à assistência à infância, “tais como a utilização de critérios científicos no atendimento, a aliança entre os setores público e privado, a defesa da nacionalidade, a vergonhosa mortalidade infantil das cidades brasileiras e a formação de uma raça sadia, de cidadãos úteis.” (2009, p. 247)

O discurso higienista na Era Vargas foi muito forte, pois a nação precisava de homens que correspondessem aos ideais da época. É através dos hábitos higiênicos, do rigor com o corpo, a educação moral e cívica que o país estaria construindo pessoas sadias que auxiliariam o Brasil a se tornar uma potência.

Assim, é possível perceber que a intenção do governo era controlar da melhor forma as pessoas para que assim o Brasil potência pudesse ser construído. E é claro, que os “desvalidos” não eram bem vistos e por isso era tão importante enquadrá-los. Assim evitava-se a perturbação da ordem social e ainda ganhavam-se braços trabalhadores que sustentariam um país que se encaminhava para o desenvolvimento.

Em 1942 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), sendo este um órgão ligado ao Ministério da Justiça. Seu sistema de funcionamento era equivalente do sistema penitenciário, no entanto, voltado ao menor de idade. Sua orientação era correcional-repressiva. (SILVA e MELLO, 2004)

Na mesma época da criação do SAM, é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) por Dona Darcy Vargas, a primeira dama da época. A instituição era voltada ao atendimento as famílias dos combatentes da II Guerra Mundial, atendendo crianças órfãs da guerra. Sendo, mais tarde o seu atendimento estendido a sociedade em geral.

Por ter um caráter correcional e repressivo o SAM passa a ser bastante criticado e em 1964, juntamente com o começo do Regime Militar,

[...] é estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM)⁷, com proposta claramente assistencialista, a ser executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem). O objetivo era dar um caráter nacional à política de bem-estar de crianças e adolescentes. A Funabem surgiu como integrante do Ministério da Justiça, tendo sido transferida, depois, para a Previdência Social, na qual permaneceu de 1972 até 1986. (SILVA e MELLO, 2004, p.23)

Em 1979 é aprovado o Código de Menores⁸, que dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores (Art. 1º). Passeti considera que este código “atualizou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor formalizando a concepção ‘biopsicossocial’ do abandono e da infração e explicou a estigmatização das crianças pobres como ‘menores’ e delinquentes em potencial através da noção de ‘situação irregular’ expressa no artigo 2º”. (1999, p.364)

A abertura democrática, a legislação e as políticas destinadas aos “menores”, na década de 1980, passaram a ser vistas como representativas na estrutura autoritária do período antecedente.

A nova Constituição Federal, em 1988, torna-se um marco no que diz respeito às garantias básicas de todos os cidadãos. Os artigos 227 e 228 garantem à proteção integral as crianças e aos adolescentes.

E como dizem Silva e Mello: “Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) coroa a doutrina da proteção integral, constituindo-se na única legislação no contexto latinoamericano adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança”. (2004, p. 25)

Segundo Passeti, o ECA “redimensiona o papel do Estado em relação às políticas sociais” (1999, p.366). Para o autor ele segue orientando e supervisionando as ações no âmbito nacional, no entanto, deixa a desejar no que diz respeito a esfera do atendimento abrindo uma lacuna, para o grande surgimento das organizações não-governamentais.

Pesquisas com infâncias abrigadas – dois estudos em movimento

A pesquisa intitulada *Corpo e gênero: um acolhimento institucional na cidade do Rio grande - RS*⁹ tem como tema a percepção de como se produz/fabrica a constituição de corpos e gênero de crianças abrigadas em um acolhimento institucional¹⁰. Nesta cidade existem cinco acolhimentos. A pesquisa ocorrerá só em uma dessas instituições.

Devido o tema se propor a pesquisar o gênero a casa escolhida apresentará integrantes somente de um sexo. Acredita-se que na presença exacerbada de somente um sexo, poderão ser percebidas as questões de gênero de forma explícita. Neste trabalho levaremos em consideração o conceito de Scott (1995, p.89) sobre o gênero: “o gênero é um elemento

⁷ Lei 4.513/64

⁸ Lei 6.697/79

⁹ Pode ocorrer mudanças no título da dissertação. Este é o título que se mantém até a produção deste artigo.

¹⁰ A nomenclatura “abrigo” foi substituída por acolhimento institucional. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA).

constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. (apud Sousa e Altmann, 1999)”

A metodologia utilizada é baseada na pesquisa qualitativa. Serão realizadas entrevistas com os educadores e funcionários que tenham contato direto com as crianças pertencentes aos abrigos. Além disso, haverá um trabalho de campo que será registrado na forma de diário.

O levantamento realizado pela autora se deu nos seguintes segmentos: Scientific Eletronic Library Online (SciELO); Base de dados de dissertação e teses da CAPES e por último no domínio público. Foram utilizados três tipos de palavras chaves: corpo, educação e Foucault; infância e Foucault; corpo e Foucault. Sendo que destes três locais de procura somente no SciELO que foram encontrados artigos que remetessem a essas palavras. O levantamento consistiu em um total de 78 artigos, sendo que não foi encontrado nenhum artigo que articulasse os três temas no seu debate.

Michel Foucault foi utilizado na palavra-chave por ser este o que irá fundamentar a discussão da dissertação. Serão utilizadas suas contribuições em relação às redes de poder e principalmente suas contribuições sobre o controle e manipulação do corpo. Em especial, no livro Vigiar e Punir em que o autor trás o conceito de poder disciplinar.

Já, a pesquisa intitulada: *“A Universidade vai à Casa Lar”: olhares de crianças participantes de um projeto de extensão*¹¹ tem como objetivo compreender o significado do projeto de extensão “A Universidade vai à Casa Lar” para as crianças participantes.

O Projeto de Extensão “A Universidade vai à Casa Lar” que será um dos objetos de estudo desta pesquisa é desenvolvido pela Escola Superior de Educação Física (ESEF) e tem como objetivo central, proporcionar as crianças e aos adolescentes que residem em Casa Lares da cidade, atividades recreativas e esportivas.

Neste estudo é focado nas crianças que participam do projeto de extensão, buscando compreender o significado do mesmo para elas, atravessando fronteiras e buscando na investigação com as crianças outros sentidos para o Projeto. Para tanto, me utilizarei de autores da sociologia da infância e da história da educação da infância (KUHLMANN JR., 2006; RIZZINI, 2009; DEL PRIORI, 1999; DELGADO, 2005; CORSARO, 2002) que compreende as infâncias e as crianças como atores sociais.

Esta é uma pesquisa qualitativa, na qual buscarei, através de observação participante, de registro em diário de campo e de desenhos com as crianças compreender a questão proposta pela pesquisa. O desenho é um instrumento de pesquisa interessante para ser usado com crianças de acordo com Pires (2007, p.236): “Ao desenhar sobre um tema proposto, as crianças colocam no papel o que lhes é mais evidente”. Muitas vezes as crianças conseguem se expressar de forma mais clara através dos desenhos do que com entrevistas.

Considerações Finais

Estas são pesquisas que abordam temas diferentes, no entanto busca, igualmente, compreender um universo pouco pesquisado em nossa área, a educação física, que são as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Pretendemos qualificar e contribuir as discussões e os debates acerca das crianças e dos adolescentes que lá se encontram, olhando para estes sujeitos como seres de direitos e não mais como infâncias abandonadas.

Gostaríamos de ressaltar algumas observações já notadas durante a coleta de dados das autoras. Os aspectos que foram sobressalentes têm relação direta com o gênero, pois as casas observadas são separadas de acordo com o sexo das crianças. Em relação às casas que participam do projeto de extensão pode-se perceber a pouca interação entre meninas e meninos nas propostas das atividades e, ainda, existem poucos projetos envolvendo as crianças maiores.

¹¹ Título provisório, pode ocorrer mudanças no título da dissertação.

Ainda não há, um levantamento e descrição detalhado destas pesquisas por se encontrarem em desenvolvimento. Mas cabe lembrar, a necessidade de pesquisas deste tipo, pois nos levantamentos realizados pode-se perceber a falta de trabalhos que articulem corpo, infância e acolhimentos institucionais. Além disso, apontamos para que a própria Educação Física se envolva mais com o tema, visto que as pesquisas encontradas são em grande parte da área da psicologia.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

BRACHT, Valter. **A Constituição das Teorias Pedagógicas da Educação Física**. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 48, Ago. 1999.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 04/11/2009.

CORSARO, William A. A reprodução interpretativa no brincar ao “faz-de-conta” das crianças. IN: **Educação, sociedades e culturas**, Nº 17. Porto: Editora Afrontamento, 2002. (p. 113-134)

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da Infância: Pesquisa com Crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 03/11/2010.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KUHLMANN, Moysés Jr.; ROCHA, José Fernando Teles da. **Educação no Asilo dos Expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 597-617, set./dez. 2006.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças? Explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 50, n.1, 2007.

SILVA, Enid Rocha Andrade; MELLO, Simone Guerresi. Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada”. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SOUSA, Eustáquia Salvadora; ALTMANN, Helena. **Meninos e Meninas**: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos CEDES, Campinas: Unicamp, ano XIX, n. 48, p. 52-68, ago. 1999.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

Débora Duarte Freitas

Endereço: Visconde de Mauá, 25. Bairro Cidade Nova. Rio Grande - RS - Brasil

Telefone: (53) 91010207

E-mail: debynhax@hotmail.com